



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

144

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO Nº 0114359-9

RECORRENTE: Ministério Público de Pernambuco

RECORRIDOS: Silvio Rodrigues dos Santos

Paulo Santos de Moraes e

Luciano Santos de Moraes

RELATOR: Des. ANTONIO DE MELO E LIMA

ÓRGÃO JULGADOR: 2ª Câmara Criminal

PROCURADORA DE JUSTIÇA: Dra. Norma Mendonça Galvão de Carvalho

5504
EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. TENTATIVA DE HOMICÍDIO QUALIFICADO. SENTENÇA DE IMPRONÚNCIA. IRRESIGNAÇÃO MINISTERIAL. INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA E MATERIALIDADE. PROVA TESTEMUNHAL APONTA OS RECORRENTES COMO RESPONSÁVEIS PELO ATENTADO CONTRA A VÍTIMA. *IN DUBIO PRO SOCIETATE*. QUESTÃO QUE DEVE SER SUBMETIDA À APRECIÇÃO DO CONSELHO DE SENTENÇA. RECURSO PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1. A sentença de impronúncia é mero juízo de admissibilidade acusatória e não condenatório. Nesta fase, em que vige o princípio *in dubio pro societate*, a simples observância de fato que o magistrado togado entenda como mal explicado se faz suficiente para que o processo seja submetido ao juízo constitucionalmente eleito para a apreciação dos crimes dolosos contra a vida - o Tribunal do Júri;

2. Diante da existência de indícios da participação dos acusados e prova da materialidade do crime, deve a sentença de impronúncia ser reformada para que os recorridos sejam levados a julgamento pelo Tribunal do Júri;



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

145

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Recurso em Sentido Estrito nº 0114359-9, em que figuram, como recorrente o Ministério Público do Estado de Pernambuco e como recorridos Silvio Rodrigues dos Santos, Paulo Santos de Moraes e Luciano Santos de Moraes, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em sessão de ____ de ____ de 2010, à unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, para o fim de submeter os réus a julgamento pelo Tribunal do Júri, tudo consoante relatório e votos digitados anexos, que passam a integrar este julgado.

Recife, 20 de junho de 2010.

Des. Antonio de Melo e Lima
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

146

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO Nº 0114359-9

RECORRENTE: Ministério Público de Pernambuco

RECORRIDOS: Silvio Rodrigues dos Santos

Paulo Santos de Moraes e

Luciano Santos de Moraes

RELATOR: Des. ANTONIO DE MELO E LIMA

ÓRGÃO JULGADOR: 2ª Câmara Criminal

PROCURADORA DE JUSTIÇA: Dra. Norma Mendonça Galvão de Carvalho

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso em Sentido Estrito interposto, tempestivamente, pelo Ministério Público contra sentença proferida pelo Exmo. Sr. Juiz de Direito da Comarca de Taquaritinga do Norte/PE, que impronunciou Silvio Rodrigues dos Santos, Patrícia Oliveira de Figueiredo, Paulo Santos de Moraes e Luciano Santos de Moraes, acusados de praticarem os delitos tipificados no art. 121, § 2º, inciso I, c/c art. 14, inciso II, e art. 29, do CPB, e art. 1º da Lei nº 2.252/54 (antiga Lei de Corrupção de Menores).

Nas razões recursais de fls. 286/295, o Órgão Ministerial requer, em síntese, a reforma da sentença ora guerreada, pleiteando a submissão dos réus a julgamento perante o Tribunal do Júri.

A defesa dos réus, por sua vez, apresentou suas contrarrazões, às fls. 299/300 e 312/318, pugnando pela manutenção da decisão recorrida.

O Juízo *a quo* manteve a sentença de impronúncia e determinou a remessa dos autos para esta Superior Instância (fls. 313/314).



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA



147

Instado a se manifestar, o Ministério Público Estadual, através da Procuradora de Justiça Convocada, Dra. Norma Mendonça Galvão de Carvalho, opinou pelo **provimento** do recurso, às fls. 353/355.

É o relatório. Inclua-se em pauta.

Recife, 07 de junho de 2010.


Des. Antonio de Melo e Lima
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

148

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO Nº 0114359-9

RECORRENTE: Ministério Público de Pernambuco

RECORRIDOS: Silvio Rodrigues dos Santos

Paulo Santos de Moraes e

Luciano Santos de Moraes

RELATOR: Des. ANTONIO DE MELO E LIMA

ÓRGÃO JULGADOR: 2ª Câmara Criminal

PROCURADORA DE JUSTIÇA: Dra. Norma Mendonça Galvão de Carvalho

VOTO DO RELATOR

Srs. Desembargadores,

Conforme visto no relatório, o Ministério Público manifesta seu inconformismo, por meio do presente recurso, com a decisão que impronunciou os réus Silvio Rodrigues dos Santos, Paulo Santos de Moraes e Luciano Santos de Moraes, acusados de praticarem os delitos de tentativa de homicídio qualificado e corrupção de menores.

Nas suas razões, o Representante do *parquet* assegura a existência de indícios que apontam para a responsabilidade dos acusados no delito de tentativa de homicídio, os quais seriam suficientes para embasar uma sentença de pronúncia.

Tal posicionamento, em que pesem as alegações da defesa, é seguido pela Procuradoria de Justiça, que se manifestou pela submissão dos réus a julgamento perante o Tribunal do Júri.

Verificando cuidadosamente os autos e comparando as razões apresentadas pelo apelante com a decisão ora impugnada, chego à conclusão de que o presente recurso **deve ser provido**.

Segundo a exordial acusatória, no dia 10.01.02, por volta das 09:00h, no trevo Rodoviário da PE 130, com a BR 104, no município de



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

149

Taquaritinga do Norte/PE, o adolescente Sílvio Inácio do Nascimento, fazendo uso de um revólver calibre 38, efetuou 04 (quatro) disparos de arma de fogo contra a vítima Severino Gonçalo dos Santos Filho, a qual não foi atingida por circunstâncias alheias à vontade do agente.

Ainda segundo a denúncia, o citado menor foi contratado pelos irmãos Luciano Santos de Moraes e Paulo Santos de Moraes, a mando dos supostos autores intelectuais Silvio Rodrigues dos Santos e Patrícia Oliveira de Figueiredo, companheira da vítima.

Analisando o conjunto fático-probatório, observo que a materialidade delitiva restou devidamente comprovada, através da foto do veículo atingido pelos disparos de arma de fogo, à fl. 13, bem como pelas declarações da vítima e das testemunhas ouvidas no caderno processual.

No que tange à autoria, em que pese o respeitável posicionamento do magistrado de 1º grau, entendo que há indícios suficientes acerca da participação dos recorridos. Vejamos:

Como bem salientou o Representante Ministerial, o crime começou a ser desvendado a partir da apreensão do menor Sílvio Inácio do Nascimento, conhecido como "matuto", poucas horas após o evento, o qual ainda estava na posse da arma de fogo e de uma foto 3x4 da vítima.

Naquela oportunidade, o menor afirmou, com riqueza de detalhes, que no dia anterior havia sido procurado pela pessoa conhecida como "mago da beira do rio" (posteriormente identificado como sendo o recorrido Luciano Santos de Moraes) o qual estava acompanhado de uma terceira pessoa, apontada apenas como o taxista.

Na ocasião, segundo o menor, Luciano aduziu que ambos receberiam a quantia de R\$ 2.000,00 (dois) mil reais se ele matasse uma pessoa, até então desconhecida, a ser indicada pelo referido taxista.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

150

Firmado o acordo e na posse da arma de fogo, revólver calibre 38, supostamente entregue por Luciano, Sílvio Inácio do Nascimento, o “matuto” afirma que se deslocou ao município de Taquaritinga do Norte, juntamente com o taxista, tendo este último apontado o veículo da vítima, entregue sua foto e certa quantia em dinheiro, bem como o instruiu a agir como se fosse um assalto.

Com o intuito de aguardar o melhor momento para a abordagem, o menor afirma que decidiu agir somente no dia seguinte, quando a vítima passava pelo trevo Rodoviário da PE 130, com a BR 104, ocasião em que efetuou os disparos de arma de fogo, os quais atingiram, tão-somente, o veículo em que esta se encontrava.

Após a realização das diligências, a pessoa de Sílvio Rodrigues foi apontada como sendo o taxista que havia contratado a execução da vítima, tendo o menor o identificado através do Auto de Reconhecimento, de fl. 18.

Luciano Santos de Moraes, o “mago da beira do rio”, apontado pelo menor, por sua vez, foi ouvido perante a autoridade policial, às fls. 25/26, tendo declarado que foi procurado pelo seu irmão, o recorrido Paulo Santos de Moraes, juntamente com Sílvio Rodrigues (também por este reconhecido, através do Auto de Reconhecimento de fl. 27) com o propósito de solicitar a indicação de uma pessoa para “pegar um ladrão que supostamente teria roubado a mulher do taxista”. Na ocasião, o acusado afirma que não indicou ninguém e que preferia não se envolver, tendo se retirado do local, quando o menor apareceu.

Diante das informações, indicando a participação do recorrido Paulo Santos de Moraes, este também foi ouvido, perante a autoridade policial, às fl. 28/29. Nesta ocasião, declarou que o taxista Sílvio Rodrigues realmente o procurou dizendo que queria “apagar uma alma sebosa”. Nas suas declarações, Paulo afirmou que o seu irmão, Luciano, “matador profissional”, poderia ajudar indicando alguém, como de fato o fez.

5



151

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

Paulo ainda afirmou que no dia seguinte ligou para o seu irmão para saber se o “serviço foi executado”, e este falou que o taxista estava com raiva porque as coisas não saíram conforme planejado.

Em juízo, às fls. 195/196, mais uma vez, Paulo declarou que Sílvio Rodrigues o procurou pedindo que o ajudasse a encontrar alguém para matar uma pessoa e que, de fato, vieram a se encontrar com o seu irmão Luciano. No entanto, negou a participação de ambos na contratação do menor.

Faz-se oportuno salientar que o próprio genitor do acusado Sílvio Rodrigues, o Sr. Severino Magalhães dos Santos, às fls. 31/32, declarou que o seu filho, de fato, teve participação no crime, tendo planejado a morte da vítima juntamente com a então denunciada Patrícia Oliveira de Figueiredo, mulher da vítima, por quem nutria, supostamente, um sentimento amoroso.

O recorrido Sílvio Rodrigues, por sua vez, ouvido às fls. 114/115, apenas esclareceu que conhecia a família da esposa da vítima, Patrícia, por prestar serviços como taxista, negando qualquer participação nos fatos imputados.

Como as referidas declarações, apontando a participação de Patrícia Oliveira, foram tão-somente expostas pela testemunha acima referida, Severino Magalhães, a qual se retratou em juízo, com acerto, entendeu o magistrado sentenciante por impronunciar a ré, por ausência de indícios, como, destaque-se, já havia sido pleiteado pelo Ministério Público nas suas Alegações Finais.

Pois bem. Considerando que nesta fase processual, ao magistrado cabe tão-somente verificar a existência de elemento(s) suficiente(s) que corroboram o fato narrado na denúncia e analisando as informações acima colacionadas, verifico que as declarações do menor, prestadas, diga-se de passagem, com riqueza de detalhes, encontram sintonia com as apresentadas pelos acusados, em que pese a negativa destes em juízo, o que demonstra ser suficiente para a mera admissibilidade da acusação.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

152

A suficiência, destaque-se, não pode ser confundida com a idoneidade do indício. Ou seja, a veracidade do(s) depoimento(s) que conforta a narrativa da denúncia não é matéria a ser discutida pelo juiz togado, que deve apenas observar se existem elementos, **mesmo que indiciários**, a apontar a autoria, provada substancialmente a materialidade do crime.

Sendo assim, nesta fase processual, em que vige o princípio *in dubio pro societate*, a simples observância de fato que o magistrado togado entenda como mal explicado se faz suficiente para que o processo seja submetido ao juízo constitucionalmente eleito para a apreciação dos crimes dolosos contra a vida - o Tribunal do Júri.

Por todo o exposto, sem adentrar no mérito da causa, vislumbrando a prova da materialidade e indícios suficientes da participação dos recorridos, em consonância com a douta Procuradoria de Justiça, **voto no sentido de dar provimento ao recurso** interposto pelo Ministério Público, para o fim de pronunciar os réus Silvio Rodrigues dos Santos, Paulo Santos de Moraes e Luciano Santos de Moraes, no delito de tentativa de homicídio qualificado, tipificado no art. 121, §1º, inciso I, do CPB, os quais devem ser submetidos a julgamento perante o Tribunal do Júri da Comarca de Taquaritinga do Norte/PE.

Recife, 20 de fevereiro de 2010.

Des. Antonio de Melo e Lima
Relator